

Conversão sem deságio tem um ano de carência

BETH CATALDO

BRASÍLIA — A conversão em investimentos da parcela de US\$ 1,8 bilhão de empréstimos dos bancos credores privados que não está sujeita a deságio, como autoriza o protocolo do acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira, será concretizada, na prática, no próximo Governo. Isso porque as regras específicas negociadas para esta parcela do dinheiro novo prevêem um prazo de carência de doze meses para o início do processo de conversão sem deságio, a contar da data em que o acordo de reescalonamento da dívida seja efetivamente assinado. O que só deverá acontecer, na melhor das hipóteses, no próximo mês de outubro.

Assim, será pequena a parcela do dinheiro novo dos credores beneficiada pela eliminação do desconto a entrar no País durante o Governo Sarney. Levando-se em conta o teto mensal de US\$ 50 milhões fixado para as conversões desses recursos, apenas US\$ 250 milhões, do total de US\$ 1,8 bilhão, serão transformados em investimentos nesse período, ficando o restante para o mandato do próximo Presidente.

Caberá ao Governo atual, entretanto, definir as regras específicas, além dos prazos e limites mensais já determinados, que serão válidas no processo de conversão sem deságio.

A intenção dos responsáveis pela negociação da dívida externa, do lado brasileiro, é a de só autorizar a conversão dessa parcela de recursos para os seus credores originais. Essa limitação é o argumento principal utilizado por técnicos do Governo para contestar a expectativa de que a nova modalidade de conversão sem deságio venha a prejudicar a realização dos leilões, que apuram deságio para as demais modalidades de investimentos convertidos. Segundo esses técnicos, são justamente os compradores de títulos brasileiros no mercado secundário que participam maciçamente dos leilões.